ATA N.º 13/2017

DA 1.ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE DEZEMBRO DE 2017 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS, REALIZADA A 20 DE DEZEMBRO DE 2017

------No dia 20 de dezembro de 2017, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se em Sessão Ordinária de dezembro, convocada ao abrigo do n.º 1 do Artigo 27.º e da alínea b) do n.º 1 do Artigo 30.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais e do Regimento em vigor, os Membros da Assembleia Municipal de Lagos, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:

- **PONTO 1 -** ***Informação escrita da Presidente da Câmara acerca da atividade do Município;***
- **PONTO 2 -** ***Apreciação e votação das propostas das Grandes Opções do Plano e de Orçamento para 2018;***
- **PONTO 3 -** ***Apreciação e votação da proposta de prorrogação da isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis, na Área de Reabilitação Urbana da Cidade de Lagos;***
- **PONTO 4 -** ***Eleição de Presidente de Junta de Freguesia representante no Conselho Municipal Sénior*** *[alínea f) do n.º 2 do Artigo 4.º do Regulamento do Conselho Municipal Sénior];*
- **PONTO 5 -** ***Designação de Cidadãos, pela Assembleia Municipal, para integrarem o Conselho Municipal de Sénior*** *[alínea o) do n.º 2 do Artigo 4.º do Regulamento do Conselho Municipal Sénior];*
- **PONTO 6 -** ***Apreciação do assunto: "uso de animais em espetáculos de Circo";***
- **PONTO 7 -** ***Apreciação e votação da proposta de adesão da Baía de Lagos ao Clube das Mais Belas Baías do Mundo;***
- **PONTO 8 -** ***Apreciação e votação da proposta de Petição Pública pela Construção do Novo Hospital de Lagos.***

------**ABERTURA DA SESSÃO**: Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Sessão, quando eram 20 horas e 49 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO
PS	Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes (Presidente da Freguesia de São Gonçalo de Lagos)
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	João Fernando Rosado Reis (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Joaquim Alexandre Imaginário Russo
PS	José Manuel da Silva Jácome (2.º Secretário)

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos

Telef.: 282780078 - Fax: 282762696

E-Mail: geral@am-lagos.com

PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Maria João Travanca Gervásio Batista
PS	Maria Manuela de Jesus Duarte
PS	Paulo Alexandre Cota de Menezes Toste
PS	Paulo Filipe Henriques Marques Rodrigues Niza
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo (1.ª Secretária)
LCF	Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins
LCF	Carlos Francisco Graça da Glória
LCF	Fernando de Jesus Ildefonso
PSD	Alexandra Cristina Neves Pargana
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo
CDU	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
CDS	Artur José Gomes Rêgo
BE	Ana Natacha Duarte Álvaro
PAN	Margarida Maurício Correia

------**ENTRARAM JÁ NO DECURSO DA REUNIÃO**, no momento indicado nesta Ata, os seguintes Membros da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)

------**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto	Sessão	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos

Telef.: 282780078 – Fax: 282762696

E-Mail: geral@am-lagos.com

------**MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:**

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Maria Joaquina Baptista Quintans Matos - Presidente
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira - Vice-Presidente
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis - Vereador
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis - Vereador
LCF	Luís Manuel da Silva Barroso - Vereador

------**FALTARAM A ESTA REUNIÃO OS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL**, a seguir indicados:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho - Vereadora
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim - Vereador

------**ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante este expediente, entrou na sala o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO	HORA
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)	20.50

------**ATA DE REUNIÕES ANTERIORES:** Dispensada a sua leitura, uma vez que as mesmas tinham sido oportunamente enviadas aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, foram pelo Plenário apreciadas as seguintes Atas:

------Ata n.º 11/2017 da 1.ª Reunião da Sessão Extraordinária de novembro de 2017, da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 13 de novembro de 2017.----------

------**DELIBERAÇÃO N.º 109/AM/2017**:

------**Aprovada**, por unanimidade, a Ata n.º 11/2017 da 1.ª Reunião da Sessão Extraordinária de novembro de 2017, da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 13 de novembro de 2017.----------

------Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PS	João Fernando Rosado Reis (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Maria João Travanca Gervásio Batista

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 - Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

------Ata n.º 12/2017 da 2.ª Reunião da Sessão Extraordinária de novembro de 2017, da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 14 de novembro de 2017.----------

------**DELIBERAÇÃO N.º 110/AM/2017**:

------**Aprovada**, por unanimidade, a Ata n.º 12/2017 da 2.ª Reunião da Sessão Extraordinária de novembro de 2017, da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 14 de novembro de 2017.----------

------Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença
PSD	Alexandra Cristina Neves Pargana
PS	João Fernando Rosado Reis (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)

------**PERÍODO DAS INTERVENÇÕES DO PÚBLICO:** O munícipe José Lourenço fez a seguinte intervenção: "Desejo a todos um Bom Natal. Ressalvo aqui que eu não vou ter este Natal, por culpa da Câmara Municipal de Lagos. Não será um Bom Natal, graças à Câmara Municipal. O assunto que aqui me trás, desde há cinco anos, já tem barbas como o Pai Natal, como diz a Sra. Presidente Joaquina Matos, mas estas são barbas de Pai Natal de centro comercial, portanto, falsas. A Câmara Municipal de Lagos propositadamente omite informação e mente quanto a certos factos, tais como, não foi feita qualquer análise ou investigação ao declarado pela Câmara Municipal de Lagos ao Tribunal Administrativo de Loulé e este Tribunal deu como certo e verdadeiro o que a Câmara de Lagos entendeu contar, a sua versão. O Tribunal não investigou porque eu deveria ter apresentado queixa formalmente através de advogado, advogado que custa dinheiro e que não tenho, e a Câmara Municipal tem para dezenas de advogados, ou seja, com o dinheiro dos contribuintes. A Câmara de Lagos trata-me como adversário político e não como cidadão. Ao distribuir, em reunião de Câmara, cópias de uma informação confidencial entre mim e o Tribunal Administrativo de Loulé, peço a esta Assembleia que vigie e passe a receber também toda a informação quanto aos processos antigos e atuais que a Câmara Municipal tenha perdido em Tribunal e ainda outros que estejam em processo de queixas ou tenham dado entrada, fica aqui esta recomendação. Traz-me aqui desde sempre a esta Assembleia o pedido de esclarecimento à Câmara Municipal de Lagos, mas como é hábito, respostas zero. A pergunta difícil é, a construção de dois muros criou a condição de inabitabilidade da minha habitação, a pergunta é e será: poderá a Câmara Municipal de Lagos medir o grau de humidade das paredes da minha habitação, através de aparelho apropriado, e responder por escrito se esse grau de humidade é perigoso para a minha saúde? A liberdade de expressão é o que ainda resta de consolo."----------

------O Sr. José Manuel Freire (CDU) perguntou se era verdade o que afirmou o cidadão em relação à falta de resposta.----------

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

------O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) esclareceu que a Assembleia Municipal envia as intervenções dos munícipes para a Câmara Municipal para que a mesma esclareça as situações colocadas, informando os munícipes de tal procedimento e sempre que a Câmara Municipal responde, essa mesma resposta é enviada ao munícipe.----------
------O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) sugeriu que as respostas enviadas aos munícipes fossem, igualmente, remetidas aos Membros da Assembleia Municipal, de maneira a que os mesmos pudessem acompanhar os assuntos.----------
------O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), lembrou que os Membros da Assembleia Municipal recebem uma relação da correspondência recebida e expedida, sempre que se realiza uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, e que podem solicitar, a qualquer momento, cópia da documentação que pretenderem.----------
------O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) disse que a solicitação que fez era só no sentido de agilizar o envio das respostas, para que todos os Membros da Assembleia Municipal pudessem tomar conhecimento das mesmas, logo que fossem enviadas aos munícipes.----------
------O Sr. Paulo Toste (PS) solicitou a leitura do Despacho de arquivamento do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, sobre o assunto trazidos, por várias vezes, pelo munícipe Sr. José Lourenço, o qual foi dado a conhecer à Assembleia Municipal pela Câmara Municipal.----------
------O José Jácome (PS) (2.º Secretário da Mesa), como o documento tinha sido enviado para todos os Membros da Assembleia Municipal, por completo, e dado à sua extensão, fez um resumo do mesmo, sendo que a conclusão do Tribunal é de que as situações entre particulares terão que ser tratadas por um Tribunal Cível e não por um Tribunal Administrativo.----------
------A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, dirigindo-se ao munícipe que tomou a palavra no Período de Intervenções do Público, disse que nunca a Presidente da Câmara Municipal, nem a própria Câmara Municipal, o tratou como político. Disse que o assunto colocado pelo Sr. José Lourenço é um assunto técnico e que tem a ver com o urbanismo, com licenças e com construção, mas no fundo é um contencioso entre dois particulares, conforme refere o Despacho de Arquivamento do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé. Acrescentou que a Câmara Municipal tem respondido ao cidadão e os serviços técnicos da Câmara Municipal têm dado todo o apoio, no sentido de solucionar o problema. Disse ainda que conhece todo o processo, o qual é extenso, e que têm sido dadas respostas ao munícipe.----------
------**ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	HORA
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença	21.02

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 - Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

------**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**
------**LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:**
------Foi dispensada a leitura da correspondência recebida, uma vez que tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, uma listagem da mesma, com os registos sob os números 331/2017 a 432/2017, inclusive.----------
------Foi dispensada a leitura da correspondência expedida, uma vez que tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, uma listagem da mesma, com os registos sob os números 248/2017 a 368/2017, inclusive.----------
------**INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**
------A Sra. Margarida Maurício (PAN) apresentou a seguinte Moção: "Considerando que: - O combate à exclusão que afeta diversos grupos da sociedade portuguesa, particularmente grupos da sociedade lacobrigense, é primordial para a construção de uma sociedade mais inclusiva; - Que é dever das instituições públicas promoverem, garantirem e assegurarem os direitos dos cidadãos com necessidades especiais, quer sejam resultantes de fatores permanentes ou temporários, nomeadamente, entre outros, através da promoção da acessibilidade às cidadãs e cidadãos com mobilidade reduzida, com destaque para pessoas em cadeiras de rodas, pessoas incapazes de andar ou que não conseguem percorrer grandes distâncias, ou subir escadas, ou ainda aquelas que, pelo seu percurso de vida, se apresentam transitoriamente condicionadas, tais como as grávidas, os idosos, os acidentados, etc.; - Promover a acessibilidade para todos os cidadãos é garantir uma maior qualidade de vida dos cidadãos com necessidades especiais, pois tal permite que os mesmos exerçam os mesmos direitos que são conferidos aos cidadãos que não têm necessidades especiais, contribuindo desta forma para um maior reforço dos laços sociais e para uma maior participação cívica. Considerando ainda que: - O edifício dos antigos paços do concelho, sito na Praça Gil Eanes, é um equipamento público que recebe cidadãos, tanto para acederem às exposições como para assistirem às reuniões das sessões da Assembleia Municipal, que decorrem no piso 2 e piso 3; - O referido edifício encontra-se inacessível a pessoas com mobilidade reduzida, sendo, portanto, impeditivo da plena participação e do exercício dos direitos de cidadania dos cidadãos com mobilidade reduzida; - Os cidadãos com mobilidade reduzida não poderão aceder aos pisos superiores de forma autónoma; apenas poderão aceder aos mesmos se transportados/carregados por outros cidadãos sem mobilidade reduzida, situação esta que constitui uma humilhação e desrespeito pela dignidade humana. Considerando por fim que: - O Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, e pelo Decreto-Lei n.º 125/2017, de 4 de outubro, aprovou o regime de acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais; - O diploma atrás referido entrou em vigor seis meses após a sua publicação, designadamente em 8 de fevereiro de 2007; - O diploma legal em questão previa, no n.º 1 do seu Artigo 9.º, que a adaptação de edifícios cujo início da construção seja anterior a 22 de agosto de 1997 fosse efetuada no prazo de 10 anos,

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

contados a partir da data de início de vigência do mesmo, sendo este prazo transitório aplicável às instalações da administração pública local, por força do estabelecido no n.º 1 do Artigo 2.º do mesmo diploma; - É estabelecido um regime de exceção no Artigo 10.º do diploma legal em causa, nomeadamente quanto às normas técnicas de acessibilidade constantes do anexo do mesmo diploma, não sendo, portanto, exigível a adaptação dos edifícios quando as obras necessárias sejam desproporcionadamente difíceis, requeiram aplicação de meios económico-financeiros desproporcionados ou não disponíveis, ou ainda que afetem sensivelmente o património cultural ou histórico, cujas características morfológicas, arquitetónicas e ambientais se pretende preservar. Face aos considerandos, PROPÕE a eleita pelo PAN que a Assembleia Municipal delibere sugerir à Câmara Municipal de Lagos: - Que encontre, urgentemente, uma solução técnica e desenvolva todos os procedimentos necessários à concretização de uma solução que proporcione um pleno acesso a todos os lacobrigenses aos pisos superiores do edifício dos antigos Paços do Concelho, de forma autónoma, à semelhança do que já ocorreu em outros municípios do país que têm edifícios com características semelhantes, os quais encontraram soluções adequadas, tais como a instalação de elevadores panorâmicos externos, entre outras; - Que cesse de imediato a realização de exposições ou de outros eventos culturais públicos nos pisos superiores do edifício, provisoriamente até que seja concretizada uma solução, ou definitivamente no caso de vir a ser concluído tecnicamente que as obras necessárias à adaptação do edifício são desproporcionalmente difíceis, requerem a aplicação de meios económico-financeiros desproporcionados ou não disponíveis, ou ainda que afetam sensivelmente o património cultural ou histórico, devendo, neste caso, ser dado um uso ao edifício que não implique a necessidade dos cidadãos acederem aos pisos superiores. - Por fim, e porque há muito que esta questão já deveria ter sido equacionada e solucionada, de modo a proporcionar aos cidadãos com mobilidade reduzida o exercício pleno dos seus direitos de cidadania e o usufruto das suas liberdades fundamentais de igualdade de oportunidades, concretamente, entre outras, a possibilidade de estarem presentes e participarem nas reuniões públicas das sessões da Assembleia Municipal, PROPÕE ainda a eleita pelo PAN que a Assembleia Municipal de Lagos delibere transferir de imediato a realização das suas reuniões públicas subsequentes para um espaço adequado, sem barreiras de acessibilidade, contribuindo assim este Órgão, de forma responsável, para a construção de uma sociedade lacobrigense mais inclusiva."----------

------O Sr. Paulo Toste (PS) disse que o Edifício dos Antigos Paços do Concelho é um edifício com história, dignifica a realização das reuniões da Assembleia Municipal e por sua vez a Assembleia Municipal dignifica o espaço. Referiu ser da opinião de que deveria ser estudada a melhoria das acessibilidades aos pisos superiores do edifício, assim como devia ser equacionada a possibilidade da videoconferência. Disse que o PS não concordava com a deslocação da Assembleia Municipal para outro edifício.----------

------O Sr. Artur Rêgo (CDS) disse que a questão levantada pelo PAN era pertinente, sendo que a primeira pertinência se relaciona com o Estado, que fez a

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 - Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

Lei, mas que é o primeiro a não cumprir. Referiu que subscrevia o documento, na sua essência, no entanto é da opinião de que o património histórico não pode ser alterado na perversão da sua linha arquitetónica, pelo que terá que ser estudada uma solução que não desvirtue o edifício. Relativamente ao funcionamento da Assembleia Municipal no edifício, disse que este é o local ideal para a Assembleia Municipal.----------

------O Sr. José Manuel Freire (CDU) começou por anunciar o voto a favor da CDU, no documento, uma vez que já era tempo de acabar com a argumentação e resolver o problema de vez. Disse que a Assembleia Municipal já tinha sido deslocada, em tempo, por motivos de obras no edifício, pelo que se for necessário, a Assembleia Municipal pode funcionar em um outro local, provisoriamente.----------

------O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) disse ser louvável a apreciação do assunto colocado pelo PAN, estando de acordo com os princípios enunciados no documento. Referiu que este assunto já é falado há muitos anos, surpreendendo o facto do mesmo ainda não ter sido solucionado, pelo que devia ser assumido um compromisso no sentido de ser encontrada uma solução, num curto espaço de tempo.----------

------A Sra. Clara Rato (PS) disse que a Bancada do PS defende que seja encontrada uma solução para a questão da mobilidade reduzido, para o edifício em causa, no entanto não é deixar de utilizar o edifício que vai solucionar o problema. Referiu que a solução não será encontrada com rapidez, uma vez que muito tem que ser estudado, até se chegar a uma proposta concreta.----------

------O Sr. Artur Rêgo (CDS) perguntou ao PAN se estaria na disposição a alterar o texto retirando "tais como a instalação de elevadores panorâmicos externos" e retirando o ponto relativo à questão de a Assembleia Municipal deixar de reunir no atual espaço, até ser o problema resolvido. Para o caso do PAN não estar aberto a fazer tais alterações disse que seria melhor ser o documento votado ponto a ponto e se tal não for possível iria votar contra o documento.----------

------A Sra. Alexandra Pargana (PSD) disse que todos os cidadãos têm o direito a assistir à reuniões da Assembleia Municipal. Referiu que o assunto em causa é já falado há vários anos e tem que ser encontrada uma solução, pelo que às vezes é preciso uma medida drástica para se solucionar um problema. Disse que o elevador panorâmico não é uma solução, uma vez que desvirtua a imagem do edifício.---------

------A Sra. Margarida Maurício (PAN) disse que a Moção menciona um elevador panorâmico, mas essa menção é a título de exemplo relativamente a outros edifícios e não como proposta de solução para o Edifício dos Antigos Paços do Concelho.---

------O Sr. Márcio Viegas (PS) disse que este assunto toca a todos e já é discutido há muito tempo, só que a Câmara Municipal, gerida pelo PS já deu passos importantes ao construir o novo edifício dos Paços do Concelho e ao fazer investimentos em inúmeros espaços públicos com acessibilidades para todos os cidadãos. Referiu que foi decidido, e bem, manter o funcionamento da Assembleia Municipal no Edifício dos Antigos Paços do Concelho, e não se pode, de um momento para o outro, transferir, provisoriamente, a Assembleia Municipal para outro local. Disse que devia ser lançado à Câmara Municipal o desafio no sentido de esta encontrar uma

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

solução para o problema, num menor espaço de tempo.----------
------O Sr. Paulo Toste (PS) disse que quando o assunto barreiras arquitetónicas é mencionado, logo surge a ideia de as corrigir, sendo esse o caso que está em cima da mesa, relativamente ao documento apresentado pelo PAN. Referiu que esta questão incomoda e preocupa todos os presentes. Disse que a solução de tornar um conjunto de edifícios e equipamentos culturais acessíveis a todos, preocupa mais o PS do que o facto de ter que transferir a Assembleia Municipal para um local acessível para todos.----------
------O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que está em causa o cumprir a Lei e não de opiniões pessoais, sendo que a Lei em si tem 30 anos, tendo vindo a ser prorrogada, ao longo destes anos. Referiu que a pressão de deslocar a Assembleia Municipal para outro local acessível a todos, é mais uma questão de pressionar no sentido da resolução do problema da acessibilidade para todos, no Edifício dos Antigos Paços do Concelho, no mais curto espaço de tempo possível. Disse que a primeira medida deveria ser alguém estudar o edifício e apresentar um relatório à Assembleia Municipal sobre as condições, as possibilidades, as alternativas que o edifício pode ter, para se poder dar cumprimento à legislação.----------
------O Sr. Artur Rêgo (CDS) disse que a Moção refere que "a Assembleia Municipal de Lagos delibere transferir de imediato a realização das suas reuniões públicas subsequentes para um espaço adequado, sem barreiras de acessibilidade", mas se a intenção não é bem essa, então isso tem que estar refletido no documento. Referiu que não ia votar a favor de uma Moção que diz que amanhã as reuniões da Assembleia Municipal, passam a realizar-se noutro local. Terminou a sua intervenção perguntando se o Grupo Municipal proponente aceitava a votação do documento ponto a ponto.----------
------A Sra. Margarida Maurício (PAN) informou que documento era para ser colocado à votação conforme apresentado.----------
------O Sr. Paulo Toste (PS) informou que o PS iria votar a Moção tendo em consideração o proposto na parte final do documento.----------
------Posto isto, passou-se à votação da Moção, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDS	CDU	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	2	0	0	2	1	1	**6**
ABSTENÇÕES	0	0	3	0	0	0	0	**3**
VOTOS CONTRA	15	0	0	1	0	0	0	**16**

------**DELIBERAÇÃO N.º 111/AM/2017**:
------**Reprovada**, por maioria, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal PAN.----
------Declaração de Voto efetuada pelo Sr. Carlos Glória (LCF): "Nós concordamos na globalidade, excetuando de facto esta frase em que se diz que cesse de imediato a realização de exposições, etc., mas sugerimos, à Câmara Municipal, e não é assim muito difícil, que no prazo de um ano, se possa verificar quais são as possibilidades de resolver este problema. Eu acho que não é difícil, o edifício tem uma escada que permite muita coisa, e penso que será completamente viável fazer esta

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 - Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

acessibilidade."----------
------Declaração de Voto efetuada pelo Sr. José Manuel Freire (CDU): "Nós votamos a favor desta proposta porque há 40 anos que este assunto é tratado, falado e não resolvido e não é por a Assembleia Municipal sair deste edifício por um período, que não era a primeira vez, pois já esteve fora deste edifício por mais de um ano, cerca de dois anos, provavelmente, que isso seria uma forma de pressionar a resolução imediata do problema."----------
------Declaração de Voto efetuada pelo Sr. Artur Rêgo (CDS): "Nós dissemos e referimos durante o debate que concordávamos integralmente com os princípios, no entanto propusemos ao PAN, porque discordamos frontalmente do exposto no ponto 3 que impõe que esta Moção a ser aprovada, a Assembleia Municipal, imediatamente seria transferida para fora deste edifício, sem sequer dar tempo para se estudarem soluções alternativas. Propusemos ao PAN que retirasse ou alterasse esta expressão, o PAN frontal e publicamente, recusou fazê-lo, o que não nos deixou outra alternativa, e que já tínhamos avisado previamente o PAN, que iríamos votar contra esta Moção, por essa razão exclusiva, concordando com os princípios de defesa da mobilidade das pessoas e concordando com o princípio que de facto o Estado é o primeiro prevaricador das próprias leis que faz."----------
------Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: "Esta Assembleia Municipal aprovou por unanimidade em 29 de abril de 2013 a proposta EM DEFESA DA ARTE DE XÁVEGA (CHICHORRO) NA MEIA PRAIA, de cujas considerações destacamos: "… Esta pesca não é só um meio de vida de pescadores. Igualmente é significativa em termos de economia local, na exploração não poluente nem predadora de um recurso natural, como representa um interessante e único espetáculo…" A deliberação então aprovada pela Assembleia foi: 1 - Recomendar à Câmara Municipal de Lagos que promova a divulgação da arte de xávega local, artesanal, junto dos sectores escolares e turísticos e da população em geral; 2 - Recomendar à Autoridade Marítima competente que não permita a utilização de meios mecânicos na prática da arte de xávega na Meia Praia; Ora a Câmara Municipal de Lagos aprovou em 6 de dezembro de 2017 uma proposta que constava de: a) recomendar ao Governo a manutenção de licença de Arte de Xávega artesanal, com recurso único da força braçal, b) revisão da legislação vigente sobre o assunto, salvaguardando-se que sempre que num determinado território exista prática de Arte de Xávega, na sua versão artesanal, não seja autorizada a xávega com recurso a meios mecânicos, reforçando-se, desta forma, a afirmação da nossa identidade cultural local e a salvaguarda das minorias; Perante a inegável importância e significado da Arte de Xávega artesanal que se pratica na Meia Praia, bem revelados nestas deliberações, surge oportuno que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em 20 de Dezembro de 2017, delibere: 1. Solidarizar-se com a posição assumida pela Câmara Municipal sobre a Arte de Xávega artesanal na Meia Praia; 2. Recomendar novamente à Câmara Municipal o conteúdo do Ponto 1 da deliberação da Assembleia de 29 de abril de 2013: Recomendar à Câmara Municipal de Lagos que promova a divulgação da arte de xávega local, artesanal, junto dos sectores

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

escolares e turísticos e da população em geral; 3. Recomendar à Câmara Municipal que proceda às diligências necessárias para integração da Arte de Xávega artesanal na Meia, Lagos, no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial; 4. Dar conhecimento desta deliberação aos órgãos de comunicação social."----------

------Para complementar a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, foi exibido um pequeno vídeo produzido pelo Município de Sesimbra, sobre a Arte Xávega.----------

------O Sr. Paulo Toste (PS) realçou a pertinência da Moção e o trabalho desenvolvido, recentemente, pela Câmara Municipal, no sentido de preservar a Arte Xávega. Anunciou o voto favorável do PS na Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.----------

------O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) disse que já tinha tido a experiência de participar numa iniciativa de Arte Xávega e isto é património cultural que merece ser preservado, deixando a sugestão à Câmara Municipal no sentido de esta apoiar esta arte como faz com outras formas de cultura, em Lagos.----------

------O Sr. Rui Araújo (PSD) solicitou à Câmara Municipal esclarecimentos sobre o trabalho que está a ser desenvolvido pela mesma, relativamente à Arte Xávega em Lagos.----------

------A Sra. Presidente da Câmara Municipal de Lagos, Maria Joaquina Matos, informou que tinha participado numa reunião no Ministério do Mar, com representantes da Arte Xávega, sendo que tinha ficado com a ideia, na referida reunião, de que a Arte Xávega, no País, tem um grande poder económico, apesar de tal situação não se verificar em Lagos, uma vez que é autêntica, genuína e tradicional, usando única e exclusivamente a força braçal, apesar de ter sido passada uma outra licença para Arte Xávega, na Meia Praia, que utiliza meios mecânicos. Disse que a Câmara Municipal tem defendido, junto das entidades competentes, a existência de uma única licença para Arte Xávega, em Lagos, sendo que essa única licença deverá ser atribuída a quem desenvolva a arte nos moldes tradicionais, ou seja, com a força braçal. Relativamente a apoios, disse que o único apoio solicitado à Câmara Municipal tem sido no sentido de esta desenvolver esforços para que não exista em Lagos Arte Xávega praticada com maquinaria.----------

------O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que já em 2013 a Assembleia Municipal tinha aprovado uma Proposta de Recomendação em que referia toda esta situação da Arte Xávega tradicional e mecanizada.----------

------O Sr. Rui Araújo (PSD) agradeceu os esclarecimentos da Câmara Municipal e disse que o PSD concorda com os procedimentos da Câmara. Referiu que a CDU tem trazido este assunto, por diversas vezes, à Assembleia Municipal e tem contado com o apoio do PSD, e irá continuar a poder contar com ele. Disse que esta arte também é importante para a vertente turística.----------

------Posto isto, passou-se à votação da Moção.----------

------**DELIBERAÇÃO N.º 112/AM/2017**:

------**Aprovada**, por unanimidade, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.----------

------Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Proposta,

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 - Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: "A Ponta da Piedade constitui o remate com que a Costa D'Oiro entra pelo mar e desde sempre representou, para o imaginário da comunidade lacobrigense, um misto envolvendo o encantamento face à maravilha ali construída pela ação milenar da natureza e o sentimento próximo de religiosidade a que conduz o deslumbramento diante da imensidão oceânica que dali se depara ao observador. Surgiu assim a mística da Senhora da Piedade, em louvor da qual foi erigida uma ermida na Ponta da Piedade e foi criada a devoção da comunidade piscatória de Lagos, com a celebração anual de festividades marítimas. Também não é displicente referir que a Ponta da Piedade teve importância militar significativa, tendo sido ali construída uma bateria de artilharia do perímetro de defesa de Lagos e da baía. A ermida e a bateria foram posteriormente demolidas e no seu lugar foi construído o farol para a navegação marítima. Além do destacado valor com forte incidência económica direta no turismo dos nossos dias, onde se situa como verdadeiro ex-libris de Lagos, este património cultural e histórico alberga, igualmente, um elevado nível de interesse de carácter científico. Neste plano, a Ponta da Piedade atinge a notável qualidade que justificou a sua inclusão no Inventário Nacional do Património Geológico. O professor da Universidade do Minho, José Bernardo Brilha, coordenador deste Inventário, afirma que, citamos, *"além do valor científico, os elementos geológicos e geomorfológicos que ocorrem neste local têm também elevados valores educativo e estético"*. No mesmo sentido de realce do grande valor de que se revestem os vários aspetos contidos na Ponta da Piedade, têm-se pronunciado os investigadores Manuela David, Pró-Reitora e professora da Universidade do Algarve e Curadora do seu Herbário, o professor Mário Cachão, da Universidade de Lisboa e Coordenador do Pro-GEO-Portugal, e emitiram parecer científico, os professores da Universidade de Lisboa, Nuno Lamas Pimentel e António Galopim de Carvalho, catedrático. A surpresa das obras de pavimentação de percursos ao longo do cimo da falésia, pretensamente destinados a peões, desde a Ponta da Piedade no sentido poente até à praia do Canavial, despertaram alarmadas atenções de largos sectores da população de Lagos, e de visitantes e apreciadores das qualidades ambientais e panorâmicas do local. Igualmente, jornalistas produziram artigos e reportagens e a comunidade científica nacional movimentou-se, com os seus qualificados membros atrás referidos divulgando oportunos pareceres e opiniões, que legitimaram e reforçaram a generalizada oposição ao projeto e à obra que estava a ser levada a efeito. Em Lagos, a maioria das forças políticas locais tomaram posição conjunta, com divulgação de comunicado condenando publicamente o projeto e reclamando a imediata suspensão das obras. Foi também organizada por cidadãos uma Petição Pública dirigida à Assembleia da República, Governo e Órgãos do Poder Local, titulada "Suspensão Imediata das Obras na Ponta da Piedade (Lagos)", que terminava *"Pretendemos que as obras parem de imediato e que se proceda à reavaliação do projeto, por forma a corrigir erros e a colmatar omissões. A Ponta da Piedade merece ser considerada Património de Interesse Municipal e cima de tudo merece um projeto exemplar e não uma intervenção menor."* Apesar do interesse, significado e qualidade de todas estas manifestações, nada foi então atendido, dominou a insensibilidade face aos valores que estavam a ser ofendidos, as obras continuaram e

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

estavam praticamente concluídas. Entretanto, em órgão de comunicação social de 11 de dezembro corrente, surge a notícia de que, segundo *"O gabinete do Ministro do Ambiente, foi acordado com a Câmara de Lagos proceder a correções de traçado e de perfil, nomeadamente a substituição de troços de caminho ao nível do solo por soluções sobrelevadas em relação ao terreno natural, em passadiço de deck."* Perante esta notícia, e considerando o que atrás está descrito, impõe-se a exigência de que sejam do conhecimento público em Lagos tanto as alterações ao projeto inicial já executado, como igualmente o projeto para a segunda fase da obra, entre a Ponta da Piedade e Lagos. Assim, perante o exposto, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em 20 de dezembro de 2017, delibere: 1 - Que a Assembleia Municipal de Lagos organize um Seminário aberto, a realizar no primeiro trimestre de 2018, intitulado O FUTURO DA PONTA DA PIEDADE. 2 - Que este Seminário inclua a análise crítica da obra em curso e debatida a segunda fase da intervenção, entre a Ponta da Piedade e Lagos. 3 - Que sejam convidados a participar neste Seminário a APA, a CCDR Algarve, os cientistas professores Manuela David, Mário Cachão, António Galopim de Carvalho e Nuno Lamas Pimentel e a Câmara Municipal de Lagos. 4 - Que seja incumbida a Comissão Permanente da organização do Seminário. 5 - Que seja dado conhecimento desta deliberação aos órgãos de comunicação social."----------

------O Sr. Paulo Toste (PS) disse que se a proposta apresentada for alterada no sentido do Seminário ser organizado pela Comissão Permanente e pela Câmara Municipal, o PS votaria a favor da mesma.----------

------O Sr. Alexandre Nunes (CDU) disse que não via grande problema em envolver a Câmara Municipal na organização do Seminário, no entanto não via qualquer justificação para tal, pelo que solicitou esclarecimentos.----------

------O Sr. Paulo Toste (PS) disse que o envolvimento da Câmara Municipal na organização do Seminário estará relacionada com uma transparência na organização do evento.----------

------O Sr. Rui Araújo (PSD) relativamente aos nomes indicados pela CDU para constituírem o painel de oradores do Seminário, referiu que seria mais conveniente todos os Grupos Municipais darem indicação de um nome ou nomes para oradores.----------

------O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a Assembleia Municipal tem um experiência de anos na organização de eventos deste género, pelo que não está a ser proposto nada de novo. Referiu que a Câmara Municipal não tinha sido indicada para fazer parte da organização, uma vez que a mesma irá participar no debate.-------

------O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) disse que os nomes indicados na Proposta para tomarem a palavra no Seminário, são reconhecidos, mas deveria ficar em aberto a possibilidade da comissão organizadora incluir outras personalidades ou entidades, pelo que solicitou ao Grupo Municipal proponente uma revisão do texto, relativamente a este pormenor.----------

------O Sr. Alexandre Nunes (CDU) disse que nada tinha CDU a opor em relação à comissão organizadora poder definir os nomes dos oradores.----------

------O Sr. Paulo Toste (PS) reforçou a sua primeira intervenção.----------

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 - Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

------O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que não via a necessidade de envolver a Câmara Municipal na organização do Seminário. Referiu que ao ser aprovada a Proposta inicial a mesma parecia fechada e logo não se poderia ir mais além dos nomes propostos.----------
------O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que não via a necessidade da Câmara Municipal fazer parte da organização do Seminário, mas como a CDU quer que o Seminário se realize, nada tem a opor a uma Comissão conjunta para organizar o evento.----------
------Posto isto, passou-se à votação da Proposta.----------
------**DELIBERAÇÃO N.º 113/AM/2017**:
------**Aprovada**, por unanimidade, a seguinte Proposta: "A Ponta da Piedade constitui o remate com que a Costa D'Oiro entra pelo mar e desde sempre representou, para o imaginário da comunidade lacobrigense, um misto envolvendo o encantamento face à maravilha ali construída pela ação milenar da natureza e o sentimento próximo de religiosidade a que conduz o deslumbramento diante da imensidão oceânica que dali se depara ao observador. Surgiu assim a mística da Senhora da Piedade, em louvor da qual foi erigida uma ermida na Ponta da Piedade e foi criada a devoção da comunidade piscatória de Lagos, com a celebração anual de festividades marítimas. Também não é displicente referir que a Ponta da Piedade teve importância militar significativa, tendo sido ali construída uma bateria de artilharia do perímetro de defesa de Lagos e da baía. A ermida e a bateria foram posteriormente demolidas e no seu lugar foi construído o farol para a navegação marítima. Além do destacado valor com forte incidência económica direta no turismo dos nossos dias, onde se situa como verdadeiro ex-libris de Lagos, este património cultural e histórico alberga, igualmente, um elevado nível de interesse de carácter científico. Neste plano, a Ponta da Piedade atinge a notável qualidade que justificou a sua inclusão no Inventário Nacional do Património Geológico. O professor da Universidade do Minho, José Bernardo Brilha, coordenador deste Inventário, afirma que, citamos, *"além do valor científico, os elementos geológicos e geomorfológicos que ocorrem neste local têm também elevados valores educativo e estético"*. No mesmo sentido de realce do grande valor de que se revestem os vários aspetos contidos na Ponta da Piedade, têm-se pronunciado os investigadores Manuela David, Pró-Reitora e professora da Universidade do Algarve e Curadora do seu Herbário, o professor Mário Cachão, da Universidade de Lisboa e Coordenador do Pro-GEO-Portugal, e emitiram parecer científico, os professores da Universidade de Lisboa, Nuno Lamas Pimentel e António Galopim de Carvalho, catedrático. A surpresa das obras de pavimentação de percursos ao longo do cimo da falésia, pretensamente destinados a peões, desde a Ponta da Piedade no sentido poente até à praia do Canavial, despertaram alarmadas atenções de largos sectores da população de Lagos, e de visitantes e apreciadores das qualidades ambientais e panorâmicas do local. Igualmente, jornalistas produziram artigos e reportagens e a comunidade científica nacional movimentou-se, com os seus qualificados membros atrás referidos divulgando oportunos pareceres e opiniões, que legitimaram e reforçaram a generalizada oposição ao projeto e à obra que estava a ser levada a efeito. Em

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

Lagos, a maioria das forças políticas locais tomaram posição conjunta, com divulgação de comunicado condenando publicamente o projeto e reclamando a imediata suspensão das obras. Foi também organizada por cidadãos uma Petição Pública dirigida à Assembleia da República, Governo e Órgãos do Poder Local, titulada "Suspensão Imediata das Obras na Ponta da Piedade (Lagos)", que terminava *"Pretendemos que as obras parem de imediato e que se proceda à reavaliação do projeto, por forma a corrigir erros e a colmatar omissões. A Ponta da Piedade merece ser considerada Património de Interesse Municipal e cima de tudo merece um projeto exemplar e não uma intervenção menor."* Apesar do interesse, significado e qualidade de todas estas manifestações, nada foi então atendido, dominou a insensibilidade face aos valores que estavam a ser ofendidos, as obras continuaram e estavam praticamente concluídas. Entretanto, em órgão de comunicação social de 11 de dezembro corrente, surge a notícia de que, segundo *"O gabinete do Ministro do Ambiente, foi acordado com a Câmara de Lagos proceder a correções de traçado e de perfil, nomeadamente a substituição de troços de caminho ao nível do solo por soluções sobrelevadas em relação ao terreno natural, em passadiço de deck."* Perante esta notícia e considerando o que atrás está descrito, impõe-se a exigência de que sejam do conhecimento público em Lagos tanto as alterações ao projeto inicial já executado, como igualmente o projeto para a segunda fase da obra, entre a Ponta da Piedade e Lagos. Assim, perante o exposto, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em 20 de dezembro de 2017, delibere: 1 - Que a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal de Lagos, organizem um Seminário aberto, a realizar no primeiro trimestre de 2018, intitulado O FUTURO DA PONTA DA PIEDADE. 2 - Que este Seminário inclua a análise crítica da obra em curso e debatida a segunda fase da intervenção, entre a Ponta da Piedade e Lagos. 3 - Que sejam convidados a participar neste Seminário a APA, a CCDR Algarve, os cientistas professores Manuela David, Mário Cachão, António Galopim de Carvalho e Nuno Lamas Pimentel, a Câmara Municipal de Lagos, e/ou outras entidades indicadas pela Comissão Organizadora. 4 - Que seja incumbida a Comissão Permanente da Assembleia Municipal e a Câmara Municipal de Lagos, da organização do Seminário. 5 - Que seja dado conhecimento desta deliberação aos órgãos de comunicação social."----------

------Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: "A Assembleia Municipal de Lagos, aprovou, por unanimidade, em 26.09.2016, a proposta que abaixo se transcreve na íntegra: "Cumprimento da eliminação das barreiras arquitetónicas prevista no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto. *A grande maioria das pessoas portadoras de deficiência vivem no nosso País com graves carências económicas e sociais e mesmo as que não vivem não conseguem aceder a um vasto conjunto de direitos fundamentais que assegurem o direito a uma vida independente, ao exercício pleno dos seus direitos no domínio da saúde e da reabilitação, do direito à educação e à cultura, ao desporto, à formação profissional e ao emprego, à participação em igualdade em todos os domínios da vida em sociedade. A verdade é que no nosso País, o direito a uma vida autónoma, digna e independente é negado a milhares de pessoas portadoras de deficiência, que frequentemente não conseguem mover-se dentro das suas vilas e cidades e aceder a edifícios*

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 - Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

públicos. No entanto e apesar do Decreto-Lei 163/2006, estabelecer que «as instalações, edifícios, estabelecimentos, equipamentos e espaços abrangentes referidos nos números 1 e 2 do artigo 2.º, cujo início de construção seja anterior a 22 de agosto de 1997, são adaptados dentro de um prazo de 10 anos, contados a partir da data de início de vigência do presente Decreto-Lei, de modo a assegurar o cumprimento das normas técnicas constantes do anexo que o integra», bem como sanções a aplicar em caso de manutenção destas desconformidades após o prazo referido, a verdade é que muito está por cumprir. As exigências colocadas por este diploma estão longe de estarem concretizadas, o que continua a pôr em causa o acesso das pessoas portadoras de deficiência e com mobilidade reduzida a edifícios públicos, dificultando mesmo a sua simples circulação na via pública. O acesso a edifícios públicos – sejam estes da administração central, regional ou local – continua a estar fora do alcance de todas as pessoas, por subsistirem barreiras arquitetónicas que urge derrubar. Dado que este diploma entrou em vigor a 8 de fevereiro de 2007, o referido prazo cumprir-se-á dentro de menos de um ano, pelo que são urgentes medidas que permitam a concretização dos seus objetivos no nosso Concelho. Já passaram mais de 30 anos desde a primeira tentativa legal da eliminação das barreiras arquitetónicas, que se tem assistido a uma contínua desresponsabilização política e que não são respeitadas as normas técnicas na maioria de edifícios, estabelecimentos e equipamentos de utilização pública e via pública, conforme exemplos de que se juntam fotografias, pelo que consideramos que é urgente fazer um amplo levantamento da situação das acessibilidades no Concelho de Lagos. A Câmara Municipal é a entidade responsável pelo acompanhamento da aplicação no Concelho do Decreto-Lei, pelo que deveria proceder, periodicamente, à avaliação global do grau de acessibilidade dos edifícios, instalações e espaços do Concelho referidos no artigo 2.º deste diploma. O compromisso que assumimos é de contribuir para que se cumpra o direito à mobilidade, integração e autonomia das pessoas portadoras de deficiência, pelo que os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em Bensafrim em 26 setembro de 2016, recomende à Câmara Municipal de Lagos que: 1 - *elabore no prazo de 180 dias, com a participação das Juntas de Freguesia, escolas, forças de segurança, movimento associativo e população em geral, e apresente a esta Assembleia, um levantamento da situação das acessibilidades a nível Concelhio, em termos do Decreto-Lei 163/2006. 2 - elabore o Plano Local de Promoção da Acessibilidade como instrumento estratégico de natureza multidisciplinar, abordando espaços e equipamentos públicos, transportes, design, comunicação e infoacessibilidades e desenvolvendo ações de sensibilização, formação e participação na comunidade local, tendo o objetivo da melhoria da acessibilidade no Concelho de Lagos. E ainda dar conhecimento desta deliberação às Juntas de Freguesias e demais entidades envolvidas e à comunicação social."* Dado que já passou mais de um ano sem que se tenha conhecimento do tratamento e evolução desta deliberação da Assembleia, na Câmara Municipal, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida a 20 de dezembro de 2017 delibere: 1. Solicitar à Câmara Municipal de Lagos que envie a esta Assembleia um relatório das ações desenvolvidas para levar a efeito a recomendação deliberada por esta Assembleia; 2. Dar conhecimento desta deliberação aos órgãos de comunicação social."----------

------Não tendo sido alvo de qualquer tipo de intervenção, passou-se à votação da Moção, tendo-se verificado o seguinte resultado:

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

	PS	PSD	LCF	CDS	CDU	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	14	2	3	1	2	1	1	**24**
ABSTENÇÕES	1	0	0	0	0	0	0	**1**
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	**0**

------**DELIBERAÇÃO N.º 114/AM/2017**:

------**Aprovado**, por maioria, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-

------Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal do PS: "O Algarve é dotado de um território vasto, diversificado e rico. No entanto, os problemas de mobilidade subsistentes intensificam os efeitos nefastos das assimetrias existentes entre o interior e o litoral, promovendo a fuga da população jovem para o litoral, em busca de oportunidades que não existem nas zonas rurais e/ ou interiores. Neste sentido, a educação deve ser uma aposta prioritária por parte das autarquias, uma vez que é um dos principais fatores de desenvolvimento das regiões. As despesas associadas (mesmo que indiretamente relacionadas) a políticas autárquicas que tenham por objetivo o estímulo do prosseguimento dos estudos, devem por isso ser consideradas um investimento nas pessoas e, a médio-longo prazo, na dinamização do território. Para que tenhamos um Algarve mais integrado, igual e justo, vem a bancada do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal, solicitar ao Executivo camarário, possível viabilização de políticas autárquicas relacionadas com o apoio à mobilidade dos estudantes da Universidade do Algarve que residam neste Concelho, de forma a apoiar o transporte dos jovens estudantes, através da criação de uma Bolsa de Mobilidade Universitária, atendendo, nomeadamente, aos seguintes constrangimentos à mobilidade que os jovens estudantes universitários enfrentam no Algarve: - Condições financeiras escassas uma vez que, muitas vezes, não têm fonte de rendimento, (desemprego jovem tem no Algarve uma das taxas mais elevadas a nível nacional), sendo muitos estudantes dependentes dos seus encarregados de educação para: - Pagamento de propinas; - Pagamento de transporte e/ou de renda de uma habitação mais próxima da universidade; - A fraca capacidade e da rede de transportes públicos coletivos; - A elevada sinistralidade da EN125, considerada a "estrada da morte" pelo atual Governo em 2016 e o trânsito congestionado pois, ao contrário da A22, foi concebida para um volume de tráfico bastante inferior ao que hoje tem. Sendo as Concelhias da Juventude Socialista e do Partido Socialista defensoras intransigentes da eliminação das portagens na A22, consideramos que, não tendo o poder para eliminar as mesmas, não poderemos ficar de braços cruzados, sendo da nossa responsabilidade a procura de alternativas. Esta Bolsa de Mobilidade Universitária irá permitir não só que os estudantes universitários tenham menos uma despesa mensal com o transporte, como irá incentivar os estudantes algarvios a continuar a residir no seu Concelho de origem, mesmo que vivam longe da Universidade do Algarve, evitando a desertificação do interior e fomentando o desenvolvimento nos Concelhos de origem."----------

------O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a CDU nada tinha a opor a que a bancada do PS solicitasse o que solicita no documento, à Câmara Municipal, no

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos

Telef.: 282780078 - Fax: 282762696

E-Mail: geral@am-lagos.com

entanto chamou à atenção para o facto de ser mencionado o Executivo da Câmara Municipal, uma vez que a Câmara Municipal não tem executivo, apenas tem funções executivas.----------

------O Sr. Paulo Toste (PS) informou ter recebido a Moção por parte da Juventude Socialista, em cima da hora de envio dos documentos para o Período Antes da Ordem do Dia e não teve oportunidade para rever a mesma, no entanto já fez a respetiva retificação do texto. Disse que a intenção do documento é que a Câmara Municipal, dentro das suas possibilidades, apoie os estudantes universitários de Lagos nas suas deslocações para a Universidade do Algarve.----------

------O Sr. Artur Rêgo (CDS) deu os parabéns à Juventude Socialista pela apresentação do documento.----------

------O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que tinha ficado muito mal o PS se ter desculpado com a Juventude Socialista relativamente aos "erros" constantes na Moção. Deu os parabéns à Juventude Socialista pela apresentação do documento e anunciou o apoio do PSD ao mesmo.----------

------O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) elogiou a iniciativa da Juventude Socialista e disse esperar que a medida a ser concretizada, levasse a juventude a manter-se no concelho. Anunciou o voto a favor da LCF na Moção.----------

------O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o documento apresentado não é para votar uma vez que é uma solicitação da bancada do PS à Câmara Municipal.----

------O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), referiu que o documento é apresentado em jeito de recomendação à Câmara Municipal, pelo que fazia sentido votá-lo.----------

------O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que nada tinha a opor a que fosse votado o documento apresentado pelo PS.----------

------Posto isto, passou-se à votação da Moção, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDS	CDU	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	2	3	1	0	0	1	**22**
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	2	1	0	**3**
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	**0**

------**DELIBERAÇÃO N.º 115/AM/2017**:

------**Aprovada**, por maioria, a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PS: "O Algarve é dotado de um território vasto, diversificado e rico. No entanto, os problemas de mobilidade subsistentes intensificam os efeitos nefastos das assimetrias existentes entre o interior e o litoral, promovendo a fuga da população jovem para o litoral, em busca de oportunidades que não existem nas zonas rurais e/ ou interiores. Neste sentido, a educação deve ser uma aposta prioritária por parte das autarquias, uma vez que é um dos principais fatores de desenvolvimento das regiões. As despesas associadas (mesmo que indiretamente relacionadas) a políticas autárquicas que tenham por objetivo o estímulo do prosseguimento dos estudos, devem por isso ser consideradas um investimento nas pessoas e, a médio-longo prazo, na dinamização do território. Para que tenhamos um Algarve mais integrado,

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

igual e justo, vem a bancada do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal, solicitar ao Executivo camarário, a possível viabilização de políticas autárquicas relacionadas com o apoio à mobilidade dos estudantes da Universidade do Algarve que residam neste Concelho, de forma a apoiar o transporte dos jovens estudantes, através da criação de uma Bolsa de Mobilidade Universitária, atendendo, nomeadamente, aos seguintes constrangimentos à mobilidade que os jovens estudantes universitários enfrentam no Algarve: - Condições financeiras escassas uma vez que, muitas vezes, não têm fonte de rendimento, (o desemprego jovem tem no Algarve uma das taxas mais elevadas a nível nacional), sendo muitos estudantes dependentes dos seus encarregados de educação para: - Pagamento de propinas; - Pagamento de transporte e/ou de renda de uma habitação mais próxima da universidade. - A fraca capacidade da rede de transportes públicos coletivos; - A elevada sinistralidade da EN125, considerada a "estrada da morte" pelo atual Governo em 2016 e o trânsito congestionado pois, ao contrário da A22, foi concebida para um volume de tráfego bastante inferior ao que hoje tem. Sendo as Concelhias da Juventude Socialista e do Partido Socialista defensoras intransigentes da eliminação das portagens na A22, consideramos que, não tendo o poder para eliminar as mesmas, não poderemos ficar de braços cruzados, sendo da nossa responsabilidade a procura de alternativas. Esta Bolsa de Mobilidade Universitária irá permitir não só que os estudantes universitários tenham menos uma despesa mensal com o transporte, como também incentivar os estudantes algarvios a continuar a residir no seu Concelho de origem, mesmo que vivam longe da Universidade do Algarve, evitando a desertificação do interior e fomentando o desenvolvimento nos Concelhos de origem."----------

------Declaração de Voto efetuada pelo Sr. José Manuel Freire (CDU): "A nossa abstenção foi pelo atrás expostos."----------

------**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 24 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 41 minutos.----------

------**APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA:**

------Não tendo sido alvo de qualquer intervenção foi submetida à votação a Ordem do Dia para esta Sessão.----------

------**DELIBERAÇÃO Nº 116/AM/2017**:

------**Aprovada**, por unanimidade, a Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal.----------

------**PONTO 1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DA PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-598-11.----------

------A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, fez a respetiva introdução ao assunto.----------

------O Sr. Rui Araújo (PSD) perguntou pelo ponto de situação relativamente aos 25

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 - Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

dias de férias para os funcionários da autarquia e aos 10% da redução na tarifa da água.----------
------A Sra. Ana Margarida Martins (LCF) perguntou se estava prevista alguma posição prevista tomar pelos Municípios do Algarve relativamente ao cenário de seca extrema e se a Câmara Municipal tinha algum plano estratégico para a falta de água e se as reservas davam para cobrir as necessidades da população e por quanto tempo. Relativamente à promessa eleitoral do PS no sentido de baixar o preço a pagar pelo consumidor final, relativamente ao consumo de água, perguntou como iria ser concretizada tal redução. Solicitou informação sobre o ponto de situação relativamente à obra da conduta de água de Bensafrim/Chinicato. Perguntou quem explorava os lençóis freáticos, se existia uma calendarização para intervenções na rede pública e quais as estratégia para colmatar a elevada taxa de perdas de água.-----
------O Sr. José Manuel Freire (CDU) solicitou a inclusão na Informação da Sra. Presidente de um mapa referente à água cobrada, adquirida e perdida. Perguntou para quando estava prevista a revisão da Carta Educativa e em que ponto se encontrava a revisão do Plano Estratégico de Lagos, do Plano Municipal do Desporto, do Plano Municipal do Ambiente e do Plano Municipal do Turismo. Solicitou informação sobre a candidatura do projeto do Paúl. Sobre sinalização do pavimento e em especial das passadeiras para os peões, chamou à atenção para o facto das faixas das passadeiras ter uma diferença, na altura, para o pavimento, o que dificulta as pessoas com dificuldades de mobilidade.----------
------O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) perguntou para quando o Regulamento do Desporto.----------
------O Sr. Paulo Toste (PS) solicitou informação sobre as obras no Bairro Operário, o Anel Verde, a remodelação do Museu Municipal, o cemitério para animais e a iluminação de Natal. Realçou o facto das escolas de Lagos terem aberto no prazos previstos, fruto de um bom trabalho da Câmara Municipal.----------
------O Sr. Duarte Rio (PS) (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João) perguntou sobre o ponto de situação relativamente a candidaturas do abastecimento de água à Pedragosa, ao Colégio e à Casa do Guarda, na Mata Nacional de Barão de S. João. Referiu não ter percebido a menção feita pela bancada da LCF sobre a conduta de água de Bensafrim/Chinicato, pelo que solicitou informação.----------
------A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que a função pública e os funcionários públicos, foram muito prejudicados com toda a crise que se viveu recentemente no País, tendo os mesmos muito contribuído para a recuperação do País com todos os sacrifícios passados. Concretamente ao aumento dos dias de férias dos trabalhadores do Município de Lagos, para 25 dias, disse que ainda não estavam reunidas as condições para tal atribuição, devido ao reduzido quadro de pessoal da Câmara de Lagos. Acrescentou que foi mantido o horário das 35 horas, o dia de aniversário e a terça-feira de Carnaval e que os 25 dias de férias poderiam vir a ser tomados em consideração num futuro próximo. Sobre a redução de 10% no valor da fatura da água, informou que está a ser desenvolvido trabalho no sentido de cumprir tal promessa. Relativamente à seca pela qual o País está a

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

passar, disse já ter reunido os dados e o concelho de Lagos, felizmente, não está em situação de seca extrema. Estando em condições de garantir o normal abastecimento de água para os próximos anos. Relativamente aos lençóis freáticos disse que a responsabilidade dos mesmos é das Águas do Algarve e esta entidade não tinha feito chegar à Câmara Municipal qualquer tipo de preocupação relativamente aos mesmos. Acrescentou que, apesar de todos os dados positivos, relativamente à água no concelho de Lagos, é preciso tomar todas as cautelas relativamente ao consumo deste bem. Relativamente às perdas de água disse que nunca será possível existir uma taxa de zero por cento de perdas de água, no entanto tudo está a ser feito para que a percentagem seja cada vez menor, nomeadamente com obras ao nível da substituição de condutas de águas antigas. Referiu que está a ser desenvolvido trabalho no sentido de resolver, de uma vez por todas, a questão do abastecimento de água a Bensafrim. Sobre a revisão da Carta Educativa, disse que a proposta foi apresentada no Conselho Municipal de Educação, estando neste momento a seguir os passos para a sua aprovação final. Sobre o Paul disse que está a ser feito um projeto para poder ser desenvolvida a candidatura. Relativamente à pintura das passadeiras para peões, disse que terá que se encontrar uma solução que sirva a todos, acrescentando que está a ser estudada uma solução para melhor iluminar as passadeiras. Sobre a atribuição de subsídios aos clubes disse que está a ser feito um grande esforço no sentido de os mesmos serem atribuídos justamente. Disse que o atual ano letivo começou, em Lagos, sem grandes sobressaltos, principalmente porque não se verificou a necessidade de o Município recorrer aos contratos de emprego inserção. Relativamente à última fase do Anel Verde, disse que está a ser preparada a abertura de um concurso para ideias. Informou que estão a ser realizados estudos para que a muralha de Lagos e os seus baluartes, sejam alvo de uma grande intervenção no sentido de valorizar este património. Relativamente à valorização dos mercados disse que estavam a ser preparadas candidaturas para os mercados existentes nas Freguesias rurais, sendo que a Câmara irá assumir a intervenção a ser feita no Mercado do Levante. Referiu que os locais do concelho que ainda não têm ligação de água à rede pública estão sujeitos a uma candidatura que está a ser desenvolvida.----------

------O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lagos, Hugo Pereira, começou por registar a preocupação da oposição relativamente ao cumprimento das promessas feitas pelo PS na campanha eleitoral, dizendo que ninguém, mais está preocupado com o cumprimento das promessas do que o próprio PS. Sobre o Plano Estratégico para o Desporto, disse que o mesmo começou a ser trabalhado em 2015, mas neste espaço de tempo tinham optado por um programa de apoio, por uma questão de prioridade; dando esta medida resultados positivos, o Plano Estratégico para o Desporto, reúne agora condições para poder avançar. Ainda relativamente ao Programa de Apoio, disse que todos os clubes deram parecer positivo ao mesmo. Sobre a situação financeira da Câmara Municipal e referindo-se às contas de final de mandato, disse que as mesmas provam que a situação financeira da Câmara Municipal não estava tão mal como a mensagem que alguns quiseram passar. Referiu que as contas apresentadas demonstram que foi possível,

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 - Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

em quatro anos, reabilitar a situação financeira da Câmara Municipal, sem castigar a cidade de Lagos. Informou que a situação financeira regularizada, vai permitir liquidar o valor do empréstimo referente ao PAEL, já no início do presente mandato autárquico, entrando o ano de 2018 sem a divida do PAEL.----------

------O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) ainda sobre o apoio ao desporto disse que tinha voltado ao assunto porque tinha ficado admirado que clubes que não cumpriram os critérios mínimos para receberem apoios para os coordenadores técnicos, terem recebido igual apoio que os clubes que cumpriram os critérios, considerando esta situação como arbitrária e não transparente. Referiu que os dinheiros públicos não podem depender de vontades individuais uma vez que é dinheiro de todos e tem que ter um critério de atribuição. Disse que por tudo o exposto o Regulamento do Desporto deveria existir.----------

------O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos) disse que o Plano Estratégico para o Desporto é necessário e isso é reconhecido pelo Executivo, mas a falta do Plano não é impeditivo para que o desporto não vá sendo apoiado em Lagos, tendo havido regras claras nesse apoio. Referiu não lhe parecer correto estar a levantar uma "nuvem" de que estão a sair verbas da Câmara Municipal sem critério.----------

------O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que nem sempre as promessas do PS são cumpridas, por isso ter levantado a questão da promessa relativamente à fatura da água. Sobre a situação financeira do Município em mandatos anteriores lembrou que se a Câmara Municipal tivesse pedido um empréstimo ao banco para construir o novo edifício dos Paços do Concelho, teria pago 17 milhões de euros, mas com a opção que tomou vai pagar 38 milhões de euros, sendo que o PSD considera os 21 milhões de euros de diferença, como um desperdício, o qual foi pago à custa dos sacrifícios dos lacobrigenses. Disse que o PSD tinha sido alertado para o facto de uma empresa querer oferecer um relvado sintético ao Clube de Odiáxere, a troco de publicidade, mas o clube recusou, pelo que informou de que o PSD iria averiguar a situação, mas solicitou à Câmara Municipal que averiguasse, igualmente, esta informação. Sobre passadeiras para peões, disse que o projeto piloto colocado em prática pela Câmara Municipal tem parecer positivo, pelo que deverá ser replicado. Lembrou ainda, a propósito de passadeiras para peões, de que existia uma elevada taxa de sinistralidade em Odiáxere e tinha sido uma Câmara Municipal e um Junta de Freguesia PSD que colocaram passadeiras para peões na EN 125 em Odiáxere.---

------O Sr. José Manuel Freire (CDU) sobre os 25 dias de férias, disse que se estava a falar da reposição de direitos retirados e de uma proposta aprovada pela Câmara Municipal com 6 votos a favor e um contra, sendo que o voto contra tinha sido do PSD. Referiu que em tempo útil a CDU tinha feito um requerimento à Câmara Municipal, através da Assembleia Municipal, a solicitar informação relativamente à deliberação da Câmara Municipal sobre a reposição dos 25 dias de férias, tendo a Sra. Presidente respondido que estava à espera da publicação do Orçamento de Estado para 2018, para saber se algo era definido sobre o assunto, só que o Orçamento de Estado não contempla qualquer tipo de matéria sobre o assunto, pelo que passou a ser o mesmo uma competência, exclusiva, da Câmara Municipal. Disse

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

que muitas autarquias, mesmo com dificuldades, aprovaram os 25 dias de férias, pelo que lamentou a intervenção da Sra. Presidente sobre o assunto. Sobre a inspeção aos Mercados Municipais de Santo Amaro e da Avenida, disse estranhar não ter sido seguido igual procedimento nos mercados existentes nas Freguesias rurais. Na sequência da informação dada sobre um conjunto de obras a realizar pela Câmara Municipal na Escola Secundária Gil Eanes, perguntou se já tinha sido iniciada a transferência de competência do Poder Central para o Poder Local, relativamente a esta matéria.----------

------O Sr. Fernando Ildefonso (LCF), dirigindo-se ao Sr. Carlos Saúde, sugeriu-lhe uma leitura atenta do relatório elaborado pela técnica da Câmara Municipal, acrescentando que não é a Técnica que assina os despachos para atribuição de apoios aos clubes.----------

------O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos) disse que se o PSD tivesse cumprindo as promessas que fizeram enquanto estiveram à frente da Câmara Municipal de Lagos, possivelmente o edifício novo da Câmara Municipal teria sido mais barato, as piscinas também, o polidesportivo também e todas as outras promessas que foram referidas durante anos e anos pelo PSD sem serem concretizadas, também, uma vez que o que é feito hoje sai mais barato do que for feito daqui a alguns anos. Disse que as promessas do PSD foram concretizadas pelo PS e esse espaço de tempo que levaram a ser cumpridas as promessas, fez com que os custos tivessem aumentado. Referiu que o PSD não tem legitimidade para dizer que o PS não cumpre promessas, lembrando que nem a pista no estádio Municipal fizeram, quando as condições já existiam para a construção da mesma.----------

------O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que uma coisa é fazer mais tarde, e as coisas saírem mais caras devido à atualização de preços, outra coisas é o tipo de negócio feito e é aí que o PSD discorda do PS, ou seja, é preferível adiar as obras do que fazê-las através de um negócio ruinoso. A propósito dos 25 dias de férias leu a seguinte declaração de voto apresentada pelo Vereador do PSD na Câmara Municipal, aquando da votação da proposta apresentada pela CDU: "Considero ofensiva a apresentação da presente proposta nestes termos, quando as necessidades e os anseios dos funcionários municipais, vão para além de mais 3 dias de férias. O PSD reserva-se ao direito de apresentar uma proposta que considere as necessidades laborais dos funcionários municipais, no seu todo, e não apresente propostas meramente eleitoralistas.". Disse que o PSD avisou que esta proposta não tinha força deliberativa por ser eleitoralista e por se tratar apenas de uma recomendação.--

------O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos) disse que o PSD promete aquilo que não conseguem fazer, e reconhece que o PS fez, sendo que se o PSD fizesse ia fazer igual ao PS.----------

------O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a proposta apresenta pela Vereadora da Câmara Municipal na Reunião da Câmara Municipal, não era uma recomendação, e a partir do momento em que a Câmara aprovou, a mesma passou a ser da Câmara Municipal. Referiu que a CDU tinha apresentado na mesma altura, a mesma proposta em todas as Câmara Municipais do Algarve onde tem representantes,

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos

Telef.: 282780078 - Fax: 282762696

E-Mail: geral@am-lagos.com

tendo sido aprovada e vai ser executada, sendo que tal deliberação foi tomada em muitas Câmara Municipais do País. Disse que o PSD na altura votou contra por não concordar, sendo que depois é que apresentou um documento onde incluía os 25 dias de férias.----------
------O Sr. Rui Araújo (PSD) esclareceu que o documento do PSD já estava elaborado aquando da deliberação da Câmara Municipal sobre os 25 dias de férias e o documento aprovado sugeria que fossem tomadas diligências para e não abrigava a. Disse que o PSD tem orgulho em não ter participado numa obra que estava orçamentada em 30 milhões de euros e que custou 100 milhões de euros.----------
------O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos) disse que o facto é que o PSD promete e não cumpre, ao contrário do PS.----
------O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que o PS também promete coisas que levam uma eternidade a cumprir, como a conduta de abastecimento de água a Bensafrim.--------
------A Sra. Maria Clara Rato (PS) considerou redutor a Informação da Sra. Presidente ser reduzida aos 25 dias de férias a que os funcionários da autarquia têm direito. Disse que a Informação da Sra. Presidente espelha as promessas cumpridas pelo PS e as preocupações que esta Câmara tem para com os locais e pelos turistas. Referindo-se à obra que está a ser executada na Ponta da Piedade disse que a realidade de outros locais não é possível colocar em prática na zona referida, sendo da opinião de que a requalificação em causa vai ficar bem feita e vai dignificar o local.----------
------O Sr. Paulo Toste (PS) disse que pela Informação da Sra. Presidente da Câmara Municipal a atividade desta é muita. Referiu que o facto do debate estar focado na redução em 10% da conta da água e nos 25 dias de férias é sinal que questões relacionadas com outras áreas não estão a preocupar os Membros da Assembleia Municipal, porque estão no caminho certo para a sua resolução. Referiu que muito do trabalho produzido pela Câmara Municipal tem que ser valorizado e falado. Disse que o apoio ao desporto é importante para todos. Referiu que Lagos continua a valorizar-se e a promover-se para além das suas fronteiras municipais, sendo prova disso o programa cultural apresentado para os festejos de Natal e Passagem de Ano, sendo que esse é um trabalho positivo para a atração de coisas boas para o Concelho. Disse que o bom trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal teve o devido reconhecimento por parte da população nas últimas eleições autárquicas.-----
------O Sr. Artur Rêgo (CDS) disse que não esperava que este Ponto da Ordem do Dia tivesse tanta importância, uma vez que, para si, o principal Ponto da presente Sessão, era o das Grandes Opções do Plano e Orçamento. Referiu que a Informação da Sra. Presidente, na sua opinião, trata-se de um relatório das atividades desenvolvidas pela Câmara Municipal entre Sessões Ordinárias da Assembleia Municipal. Disse que o fundamental a retirar da intervenção da Câmara Municipal tem a ver com o saldo positivo da Câmara Municipal e com o aumento das receitas, o que prova que o trabalho realizado pelo anterior Executivo foi de uma racional gestão, no entanto é mais fácil gerir quando não há, do que quando existe em abundância. Referiu que o aumento das receitas está diretamente relacionada com o aumento de IMT e de IMI, sendo que essas verbas têm a haver

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

com as condições de mercado e não diretamente com a gestão camarária. Disse que tudo isto remete a conversa para as Grandes Opções do Plano e Orçamento e aí é que existe a necessidade de saber as linhas orientadoras que o atual Executivo pretende seguir para o futuro, sendo esse o grande debate que deve ser feito nesta Sessão.----------

------O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos) disse que se as receitas de IMT e de IMI estão a subir, é porque a Câmara Municipal tem trabalhado para criar um concelho atrativo.----------

------O Sr. Rui Araújo (PSD) lembrou que foi o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) que o Governo PSD/CDS aprovou, que fez com que Câmara Municipal de Lagos pudesse cumprir compromissos assumidos, tendo ajudado a Câmara Municipal, conjuntamente com uma boa gestão, a retomar a boa situação financeira.----------

------O Sr. Paulo Toste (PS) disse que a melhoria da situação financeira do Município, reconhecida por todos, também tem que ser agradecida ao PSD.----------

------A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que a Informação não pode ser apenas um relatório, uma vez que é reclamada alguma componente política ao documento, pelo menos no anterior mandato. Referiu que sempre foi um momento importante, na Assembleia Municipal de Lagos, a apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal. Sobre os 25 dias de férias, disse achar justa a pretensão de serem retomados, mas cada Câmara Municipal é um caso.----------

------**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.----------

------**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.---

------**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Assim o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), após consulta à Assembleia, declarou interrompida a Sessão, para continuação no dia 21 de dezembro de 2017, às 20.30 horas, hora regimental, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho, no Ponto 2 da Ordem do Dia, eram 0 horas e 20 minutos, da madrugada do dia 21 de dezembro de 2017, tendo declarado encerrada esta Reunião.----------

------Da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo, 1.ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.----------

.....

.....

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 - Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com